



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**

Deliberação:

**APROVADO**

Data: 03/12/2025

Assinatura

**PLL N° 91/2025**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO**

DATA DE PROTOCOLO: 15/08/2025

Cód. 03.00.02.06 - VC - P

Norma:

**LEI N° 6.807/2025**

Ementa (assunto):

Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Autoria:

Vereador Paulinho dos Condutores.

Distribuído em:

18/08/2025

Para as Comissões:

1, 8 e 11

Prazo das Comissões:

12/09/2025

Prazo fatal:

Turnos de votação:

1 (um)

Observações:

maioria simples para aprovação

Anotações:

15/08/2025 - Projeto protocolado.

18/08/2025 - Projeto distribuído e encaminhado ao Jurídico (Prazo: 27/08/2025).

22/08/2025 - Parecer Jurídico = Possibilidade, com observação (107)

01/09/25 - Pareceres C1, 8 e 11: prosseguir (9)

01/09/25 - Substitutivo C1 protocolado, distribuído e enc. ao jurídico (12)

04/09/25 - Parecer jurídico ao substitutivo C1 = Possibilidade, com observação (22)

08/09/25 - Pareceres C1, 8 e 11 ref. SUBSOL: prosseguir (23)

28/11/25 - Inclusão na Ordem do Dia (26)

03/12/25 - Substitutivo aprovado por 12X0 em 03/12/25 (27),



## CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

02 m  
Câmara Municipal  
de Jacareí

Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**PREJUDICADO**

*em razão da aprovação  
de Substitutivo.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** A implementação e a utilização da inteligência artificial, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, devem observar o subsequente conjunto de valores éticos fundamentais e diretrizes.

**Parágrafo único:** Considera-se inteligência artificial o sistema computacional que, a partir de determinada programação humana, pode realizar tarefas que incluem, mas não se limitam, aprendizado e adaptação, reconhecimento de padrões, processamento de linguagem natural, tomada e sugestões de decisões complexas, bem como interações em ambientes diversos.

**Art. 2º** Constituem valores éticos fundamentais para os fins desta Lei:

- I – a dignidade e a valorização da pessoa humana;
- II – a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- III – a não discriminação;
- IV – a busca da justiça;
- V – o compromisso com o bem público

**Art. 3º-** São diretrizes previstas no caput do art. 1º desta Lei:

I – transparência: decisões e ações, tomadas, iniciadas ou fundadas em inteligência artificial devem conter a respectiva motivação e serem compreensíveis aos interessados;

II - respeito à privacidade: proteção e salvaguarda do cidadão contra intrusões infundadas ou injustificadas;

III - proteção de dados: garantia de segurança e confidencialidade dos dados pessoais e sensíveis coletados, armazenados, processados e compartilhados por sistemas de inteligência artificial;

IV - responsabilização: indicação clara e precisa de quem é o responsável pelas decisões tomadas ou informadas por inteligência artificial;

V - inclusão: o desenvolvimento e a utilização da inteligência artificial devem contemplar a diversidade da população atendida;

VI - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude de decisões tomadas ou orientadas pela inteligência artificial, principalmente quando envolverem dados pessoais ou sensíveis.

**Parágrafo único:** Os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), orientarão, subsidiariamente, o justo cumprimento desta Lei.

**Art. 4º** Os sistemas de inteligência artificial de que trata o caput do art. 1º podem ser auditáveis e sujeitos à supervisão idônea.



**Art. 5º** Contanto que respeitados os princípios e diretrizes previstos nesta Lei, sempre que possível, deve haver colaboração entre diferentes órgãos e setores para compartilhar conhecimentos, experiências e práticas relacionadas à inteligência artificial.

**Parágrafo único:** Fica franqueada a cooperação interinstitucional sobre as ações, medidas, decisões e previsões provenientes de sistemas de inteligência artificial abrangidos pelo caput do art. 1º, desde que respeitados os princípios e diretrizes previstos nesta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 13 de julho de 2025.

  
**PAULINHO DOS CONDUTORES**

**Vereador – PODEMOS**



**AUTOR: VEREADOR PAULINHO DOS CONDUTORES.**

Projeto de Lei - Institui a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

## **JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores,

A presente propositura tem por objetivo a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

A Inteligência Artificial (IA) deixou de ser uma tecnologia restrita a ambientes acadêmicos e corporativos para se tornar parte do cotidiano da sociedade, influenciando processos decisórios, serviços públicos, atividades econômicas e relações sociais. O seu uso, quando orientado por princípios éticos e diretrizes claras, tem potencial de ampliar a eficiência administrativa, otimizar recursos e melhorar a prestação de serviços à população.

No entanto, a ausência de parâmetros normativos específicos pode gerar riscos, como a utilização inadequada de dados pessoais, a discriminação algorítmica, a falta de transparência nas decisões automatizadas e a violação de direitos fundamentais. É dever do Poder Público antecipar-se a esses desafios, estabelecendo um marco regulatório local que promova a inovação, mas que também assegure o respeito aos direitos humanos, à privacidade e à inclusão digital.


O presente projeto de lei propõe princípios e diretrizes para o uso da IA no âmbito do Município, fundamentando-se em valores como transparência, responsabilidade, segurança, não discriminação e promoção do bem-estar social. Busca-se, assim, criar um ambiente regulatório que incentive a adoção de soluções tecnológicas seguras e confiáveis, ao mesmo tempo em que garante o controle social e a fiscalização sobre o seu funcionamento.

Com a regulamentação ora proposta, o Município estará alinhado às tendências nacionais e internacionais, garantindo que a implementação de sistemas inteligentes seja pautada pela ética, pela proteção

de dados, pela inclusão e pelo desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma medida estratégica e necessária para preparar nosso município para os desafios e oportunidades da chamada Quarta Revolução Industrial, colocando a tecnologia a serviço do cidadão e do interesse público.

Dessa maneira, respeitosamente, apresentamos à consideração dos nobres pares esta propositura e, certos de sua aprovação, subscrevemos agradecidos.

Câmara Municipal de Jacareí, 13 de agosto de 2025.



**PAULINHO DOS CONDUTORES**  
Vereador – PODEMOS



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

FOLHA

078  
SAJ

Referente: PLL nº 91/2025 - Projeto de Lei do Legislativo.

Autoria do projeto: Vereador Paulinho dos Condutores

Assunto do projeto: Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**PARECER Nº 281/2025/SAJ/WTBM**

Ementa: Princípios e Diretrizes de uso de IA. Art. 30, I e II, CF. Possibilidade, com observação.

**I. DO RELATÓRIO**

1. Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador Paulinho dos Condutores, que dispõe sobre os princípios e diretrizes para a implementação e uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Jacaréi.

2. Na Justificativa que acompanha o texto do projeto, o autor informou que a intenção da propositura é dirimir os riscos do uso inadequado da I.A., principalmente em relação a utilização inadequada de dados





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

FOLHA

07 V m  
SAJ

peçoais, discriminação algorítmica, falta de transparência e violação de direitos fundamentais.

3. O autor também destacou que é necessário criar um ambiente regulatório que assegure a adoção de soluções tecnológicas seguras e confiáveis.

## **II. DA FUNDAMENTAÇÃO**

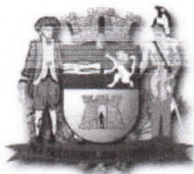
4. A Constituição Federal, em seu artigo 30, "caput" e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual, no que couber.

5. No presente caso, temos que a propositura não confronta disposições de outras esferas, e é do interesse dos munícipes desta cidade.

6. A Lei Federal 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

7. Observa-se, portanto, que a propositura ora em comento visa suplementar a norma supramencionada. Além disso, seus termos não confrontam disposições de outras esferas e são do interesse dos munícipes desta cidade.

8. Quanto à iniciativa, observamos que a matéria não está enquadrada pela Lei Orgânica do Município dentre aquelas de iniciativa exclusiva, pelo que não há óbices à apresentação do projeto feita pelo Vereador.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

FOLHA

088  
SAJ

9. Cumpre observar que a redação do parágrafo único artigo 1º da propositura deve ser corrigida. **Sugerimos** então que se faça uma **emenda**, modificando-se o indigitado texto da seguinte forma:

*Parágrafo único: Considera-se inteligência artificial o sistema computacional que, a partir de determinada programação humana, é capaz de realizar tarefas que incluem, mas não se limitam, ao aprendizado e adaptação, reconhecimento de padrões, processamento de linguagem natural, tomada e sugestões de decisões complexas, bem com interações em ambientes diversos.*

**III. DA CONCLUSÃO**

10. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito da proposta, julgamos que esta não apresenta impedimentos para tramitação, motivo pelo qual entendemos que o projeto está apto a ser apreciado pelos Nobres Vereadores. Ressaltamos, todavia, a necessidade de correção exposta no parágrafo 9º.

11. Para aprovação do presente PLL é necessário o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara, em turno único de discussão e votação.

12. A propositura deverá ser submetida às Comissões de a) Constituição e Justiça; b) Segurança, Direitos Humanos e Cidadania; e c) Ciência, Tecnologia, Empreendedorismo e Inovação.



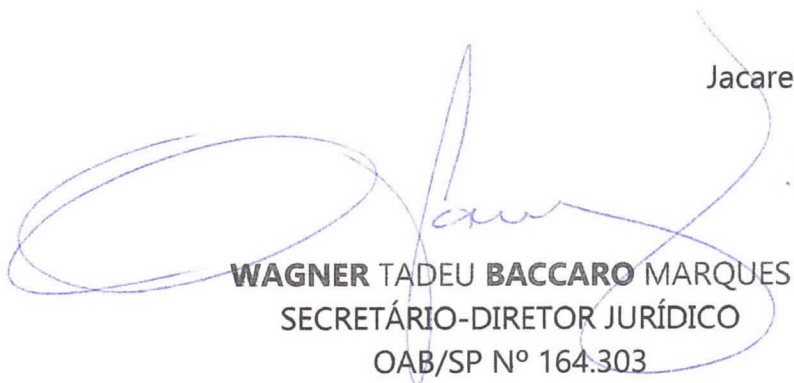
**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

FOLHA

08/1/m  
SAJ

13. Este parecer é opinativo e não vinculante.

Jacareí, 22 de agosto de 2025



**WAGNER TADEU BACCARO MARQUES**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO**  
OAB/SP Nº 164.303





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.10.05 - 1C



### **PARECER DA COMISSÃO 1-CCJ** **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PLL Nº 091/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
AUTORIA:	Paulinho dos Condutores

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
<b>DANIEL MARIANO</b> (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>MARCELO DANTAS</b> (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>VALMIR DO PARQUE MEIA LUA</b> (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Jacareí, 10 de setembro de 2025.

### **CONCLUSÃO:**

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário. ( ) Arquivada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Cód. 01.00.10.05 - 1C

Folha

10  
2

Câmara Municipal  
de Jacareí

**PARECER DA COMISSÃO 8-CSDHC**  
**SEGURANÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

PLL Nº 091/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
AUTORIA:	Paulinho dos Condutores

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **SEGURANÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
<b>JUEX ALMEIDA</b> (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>NETHO ALVES</b> (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>MARCELO DANTAS</b> (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Jacareí, 10 de setembro de 2025.

**CONCLUSÃO:**

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário. ( ) Arquivada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.10.05 - 1C -



**PARECER DA COMISSÃO 11-CCTEI**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**

PLL Nº 091/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
AUTORIA:	Paulinho dos Condutores

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
<b>JEAN ARAÚJO</b> (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>HERNANI BARRETO</b> (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>PAULINHO DOS CONDUTORES</b> (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Jacareí, 10 de setembro de 2025.

**CONCLUSÃO:**

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

☒ Encaminhada ao Plenário.                      ( ) Arquivada.





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



### SUBSTITUTIVO AO PLL 91/2025



*Institui Política Municipal e estabelece princípios e diretrizes para o uso transparente, ético e responsável de sistemas de inteligência artificial e decisões automatizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Jacareí, e dá outras providências.*

## APROVADO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Esta Lei institui a política municipal, diretrizes e princípios para uso transparente e responsável de sistemas de Inteligência Artificial (IA) e tecnologias que envolvam decisões automatizadas, parcial ou totalmente, pela Administração Pública Direta e Indireta do Município de Jacareí, bem como por empresas e entidades contratadas e/ou conveniadas.

**§ 1º** Considera-se inteligência artificial o sistema computacional que, a partir de determinada programação humana é capaz de realizar tarefas que incluem, mas não se limitam, aprendizado e adaptação, reconhecimento de padrões, processamento de linguagem natural, tomada e sugestões de decisões complexas, bem como interações em ambientes diversos.

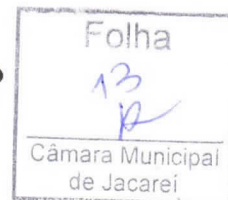
**§ 2º** Aplicam-se as disposições desta Lei aos sistemas utilizados em qualquer fase de atividades administrativas que envolvam:

- I. coleta, tratamento, análise ou classificação automatizada de dados pessoais ou sensíveis; e



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



- II. decisões com impacto direto aos direitos de cidadãos, empresas, entidades ou servidores públicos, ainda que parcialmente automatizadas.

§ 3º Esta Lei não se aplica a sistemas internos auxiliares que não impactem terceiros, salvo se envolverem dados sensíveis.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se dados sensíveis aqueles definidos nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), compreendendo, entre outros, informações que revelem origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político. Dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, cuja utilização, pelo seu potencial de impacto sobre a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa natural, exigem proteção reforçada, especialmente quando tratados por sistemas automatizados.

**Art. 2º** Os sistemas automatizados adotados pelos interessados descritos no Artigo 1º desta lei observarão ao interesse público, pautados nos seguintes princípios:

- I. legalidade e finalidade pública;
- II. explicabilidade e transparência;
- III. não discriminação algorítmica;
- IV. respeito à privacidade e proteção de dados, observada as disposições presente na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018;
- V. proporcionalidade e razoabilidade, considerando eventuais impactos aos direitos fundamentais;
- VI. gradualidade, com prazos diferenciados conforme complexidade dos sistemas;
- VII. inclusão; e
- VIII. prevenção.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



**Art. 3º** Constituem valores éticos fundamentais para os fins desta Lei:

- I. a dignidade e a valorização da pessoa humana;
- II. a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- III. a não discriminação;
- IV. a busca da justiça; e
- V. o compromisso com o bem público.

**Art. 4º** A Administração Pública Municipal, deverá disponibilizar, no site da Prefeitura Municipal de Jacareí ou meio equivalente, informações acessíveis e atualizadas sobre os sistemas de IA em uso, contendo, no mínimo:

- I. nome e finalidade do sistema;
- II. principais critérios e tipos de dados utilizados para a tomada de decisão;
- III. indicação sobre existência de revisão humana das decisões; e
- IV. mecanismos disponíveis para contestação, revisão e correção.

**§ 1º** As informações observarão os limites da LGPD, do sigilo legal e do segredo industrial, podendo ser apresentadas anonimizadas ou em formato simplificado.

**§ 2º** Em decisões automatizadas com impacto direto em direitos individuais, o afetado será informado da natureza automatizada da decisão e de seu direito à revisão humana, por profissional capacitado e habilitado.

**§ 3º** A Administração Pública poderá firmar convênios ou parcerias com instituições públicas ou privadas para apoio técnico à elaboração de relatórios de transparência previstos nesta lei.

**Art. 5º** Os sistemas de inteligência artificial de que trata o caput do art. 1º podem ser auditáveis e sujeitos à supervisão idônea.





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



**Art. 6º** Os cidadãos afetados por decisões automatizadas poderão requerer:

- I. revisão por agente humano;
- II. acesso simplificado aos fundamentos da decisão; e
- III. correção de eventuais inconsistências.

**§ 1º** A revisão, preferencialmente, será feita por agente público capacitado, não sendo exigida formação técnica específica.

**§ 2º** A Administração Pública poderá regulamentar procedimentos, prazos para revisão e outras questões pertinentes, conforme razoabilidade e capacidade operacional.

**Art. 7º** Sistemas classificados como de alto impacto deverão ser precedidos por Avaliação de Impacto Algorítmico (AIA), contendo:

- I. identificação dos riscos à integridade, privacidade, dignidade e não discriminação;
- II. medidas de mitigação de riscos e governança adotadas;
- III. previsão de revisão periódica; e
- IV. canais para denúncia de erros ou discriminações.

**Parágrafo único:** Para efeitos desta Lei, considera-se de alto impacto sistemas que:

- I. afetem diretamente direitos considerados fundamentais aos cidadãos;
- II. envolvam dados sensíveis ou biométricos; e
- III. realizem triagens ou avaliações para acesso a benefícios sociais, saúde, educação, crédito ou segurança pública;

**Art. 8º** As contratações de soluções tecnológicas com IA pela Administração Pública deverão conter cláusulas que:



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



- I. assegurem o cumprimento desta Lei pelas contratadas e conveniadas;
- II. estabeleçam responsabilidade técnica pela integridade algorítmica; e
- III. exijam declaração expressa de conformidade com a LGPD e com os dispositivos desta Lei.

**Art. 9º** A municipalidade poderá instituir:

- I. grupo técnico ou conselho consultivo para acompanhamento da aplicação desta Lei; e
- II. parcerias com instituições acadêmicas, órgãos de controle e organizações da sociedade civil para apoio técnico, fiscalização e o que for necessário para preservar o interesse público.

**Parágrafo único:** Eventual grupo técnico poderá incluir, além de representantes do poder público, membros da sociedade civil, universidades, órgãos de classe e demais instituições e órgãos técnicos externos.

**Art. 10.** Constatada qualquer irregularidade, o Poder Público Municipal adotará as providências cabíveis para apurar as responsabilidades e reparar eventuais ocorrências.

**Art. 11.** As ações decorrentes desta Lei poderão ser executadas com recursos humanos, materiais e financeiros já disponíveis, sem prejuízo de celebração de parcerias e de utilização de fontes externas de financiamento.

**Art. 12.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 13.** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, podendo para isso, realizar implementação por fases, conforme cronograma técnico e operacional.



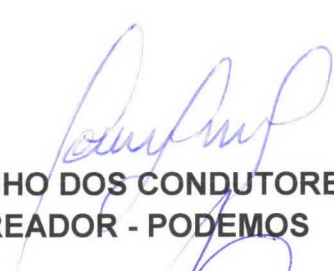
# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

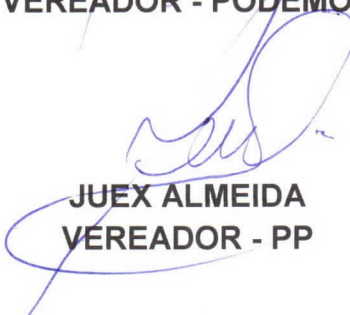
## PALÁCIO DA LIBERDADE



**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta dias) após a data de publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 31 de agosto de 2025

  
**PAULINHO DOS CONDUTORES**  
**VEREADOR - PODEMOS**

  
**JUEX ALMEIDA**  
**VEREADOR - PP**

  
**HERNANI BARRETO**  
**VEREADOR - REPUBLICANOS**





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



### JUSTIFICATIVA

#### 1. Finalidade do Projeto

A presente proposição tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e deveres mínimos para o uso de sistemas de Inteligência Artificial (IA) e decisões automatizadas pela Administração Pública Municipal de Jacareí. Em tempos em que a tecnologia avança mais rapidamente do que a legislação, é dever do Poder Legislativo antecipar-se aos riscos e criar salvaguardas para garantir que a IA seja utilizada com responsabilidade, respeito aos direitos fundamentais e transparência administrativa.

Essa proposta visa assegurar que a automação de decisões não reduza o ser humano a um número em um algoritmo, nem transforme a eficiência tecnológica em pretexto para negligenciar valores como a dignidade, a igualdade e o controle social. A digitalização do setor público é desejável, mas deve ser acompanhada de um modelo ético, seguro e acessível.

#### 2. Fundamentação Técnica e Legal

A presente proposição se encontra amparada no art. 30, I e II da Constituição Federal, que atribui aos municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal. O tema da IA, embora transversal, adquire contornos locais quando aplicada à prestação de serviços públicos, à análise de dados da população e à tomada de decisões que afetam diretamente os munícipes.

O projeto também respeita os marcos regulatórios nacionais, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), que impõe deveres quanto ao tratamento de dados, inclusive em decisões automatizadas. A proposta municipal busca justamente materializar, no plano local, a efetividade da LGPD,





# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



fortalecendo o controle social, o direito à revisão humana e a transparência algorítmica.

Também se harmoniza com os artigos 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Jacareí, que autorizam o Município a atuar na promoção do bem-estar da população e suplementar as normas federais e estaduais conforme as peculiaridades locais.

### 3. Competência Legislativa e Ausência de Vício de Iniciativa

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 917 da Repercussão Geral, reconheceu que normas municipais voltadas à proteção de direitos fundamentais, desde que não interfiram na estrutura do Executivo ou criem obrigações ilegítimas, são plenamente constitucionais.

A jurisprudência se reafirma em precedentes como o ARE 1.495.711/SP, que valida leis municipais **orientadas por diretrizes e políticas públicas sem vício de iniciativa**.

Dessa forma, evidente que a proposta não interfere na organização ou estrutura do Executivo, nem cria obrigações financeiras ou cargos públicos. Limita-se a indicar diretrizes e estímulos a políticas públicas relacionadas ao tema, ou eventualmente, facultar à administração a regulamentar o objeto do presente projeto de lei.

Assim, respeita-se plenamente o princípio da separação de poderes e está em consonância com o entendimento do STF quanto à possibilidade de o Legislativo atuar na promoção de diretrizes para ações de conscientização.

### 4. Do interesse público

Diversos países e cidades ao redor do mundo vêm adotando princípios semelhantes. **A União Europeia aprovou recentemente o AI Act, e países como**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE



**Canadá, Reino Unido e Estados Unidos já possuem guias de ética em IA no setor público. Ao adotar uma política municipal clara sobre o tema, Jacareí posiciona-se como cidade inovadora, segura e comprometida com os direitos de seus cidadãos na era digital.**

O fato é que a crescente adoção de algoritmos e ferramentas de IA pela administração pública, seja para triagem de benefícios, reconhecimento facial, predição de demandas ou análise de riscos, demanda mecanismos de governança tecnológica. Sem regulamentação mínima, corre-se o risco de decisões discriminatórias ou infundadas, ferindo princípios como legalidade, motivação e publicidade.

A proposta promove:

- Salvaguardas contra discriminações algorítmicas;
- Garantia de revisão humana em decisões automatizadas com impacto em direitos;
- Transparência no uso de dados pessoais e sensíveis;
- Participação social na governança digital;
- Estímulo à contratação ética de fornecedores de IA.

### 5. Considerações orçamentárias

A proposta não gera impacto orçamentário direto e pode ser implementada com uso de campanhas e políticas de transparência, sem necessidade de criação de estruturas ou cargos. Atua como catalisadora de ações educativas, dentro das possibilidades da gestão pública municipal.

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos ensinamentos do filósofo Hans Jonas, aprendemos que **o imperativo da responsabilidade deve ser a ética da tecnologia**. O presente projeto é um



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

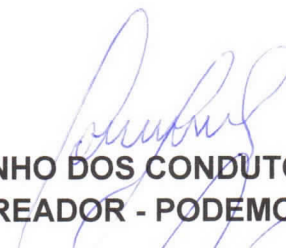
## PALÁCIO DA LIBERDADE



**chamado à ética, à prudência e à transparência em tempos de inovação acelerada. Que a tecnologia não seja um fim em si mesma, mas um instrumento de promoção da dignidade humana.**

Contando com o apoio dos nobres vereadores, apresentamos esta proposta como contribuição concreta e urgente para a proteção das famílias de Jacareí frente aos riscos do ambiente digital.

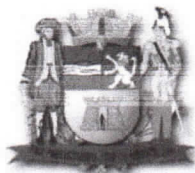
Câmara Municipal de Jacareí, 31 de agosto de 2025

  
**PAULINHO DOS CONDUTORES**  
**VEREADOR - PODEMOS**

  
**JUEX ALMEIDA**  
**VEREADOR - PP**

  
**HERNANI BARRETO**  
**VEREADOR - REPUBLICANOS**





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

FOLHA

224  
SAJ

Referente: Substitutivo ao PLL nº 91/2025

Autoria do Substitutivo: Vereadores Paulinho dos Condutores, Hernani Barreto e Juex Almeida

Assunto do projeto: Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

**PARECER Nº 310.1/2025/SAJ/WTBM**

Ementa: Substitutivo. Princípios e Diretrizes de uso de IA. Art. 30, I e II, CF. Possibilidade, com observação.

1. Trata-se de Substitutivo ao Projeto de Lei que dispõe sobre os princípios e diretrizes para a implementação e uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Jacaréi.
2. Entendo que a propositura apresenta condições de prosseguir, pelo que reitero o parecer anterior em relação às comissões e forma de aprovação.
3. Reitero, outrossim, a recomendação de correção da redação do dispositivo que trata do conceito de inteligência artificial (§1º do artigo





**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ**  
**PALÁCIO DA LIBERDADE**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

FOLHA

1/22  
SAJ

1º do Substitutivo), isso para adequar do uso das vírgulas às regras gramaticais de ortografia.

4. À Secretaria Legislativa.

Jacareí, 04 de setembro de 2025

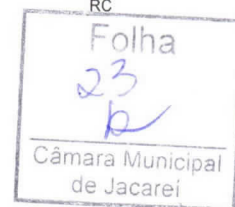
  
**WAGNER TADEU BACCARO MARQUES**  
**SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

## PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.10.05 - 1C -



### **PARECER DA COMISSÃO 1-CCJ** **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

SUBSTITUTIVO Nº 1: PLL Nº 091/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
AUTORIA:	Paulinho dos Condutores, Juex Almeida e Hernani Barreto

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
<b>DANIEL MARIANO</b> (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>MARCELO DANTAS</b> (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>VALMIR DO PARQUE MEIA LUA</b> (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Jacareí, 08 de setembro de 2025.

### **CONCLUSÃO:**

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

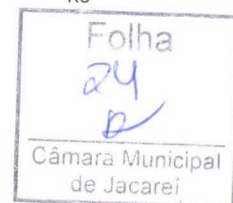
(☒) Encaminhada ao Plenário.                      ( ) Arquivada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP**  
PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Cód. 01.00.10.05 - 1C



**PARECER DA COMISSÃO 8-CSDHC**  
**SEGURANÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

SUBSTITUTIVO Nº 1: PLL Nº 091/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO	
ASSUNTO:	Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
AUTORIA:	Paulinho dos Condutores, Juex Almeida e Hernani Barreto

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **SEGURANÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
<b>JUEX ALMEIDA</b> (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>NETHO ALVES</b> (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
<b>MARCELO DANTAS</b> (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Jacareí, 08 de setembro de 2025.

**CONCLUSÃO:**

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário. ( ) Arquivada.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.10.05 - 1C -



## PARECER DA COMISSÃO 11-CCTEI

### CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

#### SUBSTITUTIVO Nº 1: PLL Nº 091/2025 - PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO

ASSUNTO:	Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
AUTORIA:	Paulinho dos Condutores, Juex Almeida e Hernani Barreto

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
JEAN ARAÚJO (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
HERNANI BARRETO (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
PAULINHO DOS CONDUTORES (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa:

Câmara Municipal de Jacareí, 08 de setembro de 2025.

### CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário. ( ) Arquivada.





CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP  
PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.08.04 - 1C - E

Assunto: PAUTA RESUMIDA PARA A 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025  
Data: 03/12/2025 (quarta-feira)  
Início: 09 horas

Senhor(a) Vereador(a),

Por ordem do Presidente desta Casa Legislativa, o Vereador Paulo Luís Santos, observadas as disposições legais e regimentais vigentes, informo a pauta resumida para a Sessão Ordinária acima referida:

- Ato Solene conjunto de outorga do "Diploma de Policial Destaque do Ano", nos termos do Decreto Legislativo nº 302/2010, e de entrega da "Láurea de Mérito Profissional", em conformidade com o Decreto Legislativo nº 318/2011;
- Discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia;
- Leitura e votação dos trabalhos legislativos;
- Uso da Tribuna pelos Vereadores no horário dos Temas Livres.

➤ ORDEM DO DIA:

1. Discussão única do PLL nº 115/2025 - Projeto de Lei do Legislativo - com

Substitutivo

Autoria: Vereadores Maria Amélia e Siufarne do Cidade Salvador.

Assunto: Declara de utilidade pública a Obra Religiosa e Social Missão Kairós.

2. Discussão única do PJCE nº 1/2025 - Processo de Julgamento de Contas do

Executivo

Autoria: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assunto: Julgamento das Contas do exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Jacareí, mediante apreciação do parecer prévio favorável do TCESP.

3. Primeira discussão do PLCL nº 1/2025 - Projeto de Lei Complementar do Legislativo

Autoria: Vereador Valmir do Parque Meia Lua.

Assunto: Altera o § 3º do artigo 43 da Lei Complementar nº 68, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o Código de Normas, Posturas e Instalações Municipais, relativamente à aplicação de multa quando do descarte irregular de resíduos em vias ou áreas públicas do Município.

4. Discussão única do PLL nº 91/2025 - Projeto de Lei do Legislativo - com  
Substitutivo



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP  
PALÁCIO DA LIBERDADE

Pauta resumida para a 39ª S.O. - 03/12/2025 - fis. 02/02

Autoria: Vereadores Paulinho dos Condutores, Jueux Almeida e Hernani Barreto.  
Assunto: Estabelece princípios e diretrizes para a implementação e o uso de inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

5. Discussão única do PLL nº 131/2025 - Projeto de Lei do Legislativo

Autoria: Vereador Paulinho dos Condutores.

Assunto: Dispõe sobre a garantia de matrícula de irmãos na mesma unidade escolar da rede pública municipal de ensino e dá outras providências.

6. Primeira discussão do PLE nº 37/2025 - Projeto de Lei do Executivo

Autoria: Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza.

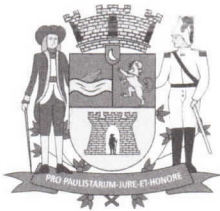
Assunto: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Jacareí para o exercício de 2026.

➤ ORDEM PARA VOTAÇÃO NOMINAL E PARA TEMAS LIVRES:

- 1....PAULINHO DO ESPORTE.....PODEMOS
- 2....PAULINHO DOS CONDUTORES.....PODEMOS (LEITURA DA BÍBLIA)
- 3....SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR.....PL
- 4....VALMIR DO PARQUE MEIA LUA.....PP
- 5....DANIEL MARIANO.....PL
- 6....GABRIEL BELÉM.....PSB
- 7....HERNANI BARRETO.....REPUBLICANOS
- 8....JEAN ARAÚJO.....PP
- 9....JUEUX ALMEIDA.....PP
- 10..LUÍS FLÁVIO - FLAVINHO.....PT
- 11..MARCELO DANTAS.....PODEMOS
- 12..MARIA AMÉLIA.....PSDB
- 13..NETHO ALVES.....PL

Câmara Municipal de Jacareí, 28 de novembro de 2025.

Felipe Santos de Lima  
Secretário-Diretor Legislativo



# Câmara Municipal de Jacareí

Praça dos Três Poderes,  
74 - Centro, Jacareí - SP



## RELATÓRIO DE VOTAÇÃO

39ª SESSÃO ORDINÁRIA de 03 de dezembro de 2025

### ORDEM DO DIA

4. SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PLL Nº 91/2025 - PROJETO  
DE LEI DO LEGISLATIVO

Início sessão: 03/12/2025 09:09

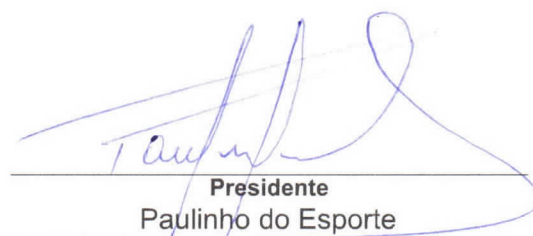
Término sessão:

**PROPONENTE:** PAULINHO DOS CONDUTORES

**EMENTA:** ESTABELECE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

VOTAÇÃO			PRESIDENTE VOTA		TIPO VOTAÇÃO	RESULTADO VOTAÇÃO
INÍCIO	TERMINO	DURAÇÃO	NÃO VOTA		NOMINAL	APROVADO
15:41	15:44	00:02:59				
PRESENTES: 13		SIM	NÃO	ABSTEVE	TOTAL	QUORUM
AUSENTES: 0		12	0	0	12	Maioria Simples

PARLAMENTARES	PARTIDO	VOTO	HORARIO	OBS.
NETHO ALVES	PL	SIM	15:41	...
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA	PP	SIM	15:42	...
DANIEL MARIANO	PL	SIM	15:42	...
GABRIEL BELÉM	PSB	SIM	15:42	...
HERNANI BARRETO	REPUBLICANOS	SIM	15:41	...
JEAN ARAÚJO	PP	SIM	15:41	...
JUEX ALMEIDA	PP	SIM	15:41	...
LUÍS FLÁVIO (FLAVINHO)	PT	SIM	15:41	...
MARCELO DANTAS	PODEMOS	SIM	15:41	...
MARIA AMÉLIA	PSDB	SIM	15:42	...
PAULINHO DOS CONDUTORES	PODEMOS	SIM	15:42	...
PAULINHO DO ESPORTE	PODEMOS	NÃO VOTA	15:44	...
SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR	PL	SIM	15:42	...

  
Presidente  
Paulinho do Esporte